

- 1 ---- ATA N.º 23/2019 Reunião ordinária da Câmara Municipal de Gouveia,
- 2 realizada no dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezanove.
- 3 ---- Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove,
- 4 na Freguesia de Melo, deste concelho, no edifício da Sede da Junta de Freguesia
- 5 da União de Freguesia de Melo e Nabais, pelas quinze horas e trinta minutos,
- 6 reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar
- 7 cumprimento à respetiva Ordem do Dia.

8 I - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"

- 9 1. Aprovação das Atas n.º 22/2019
- 10 **2.** Informações e Intervenções dos Senhores Vereadores
- 11 **3.** Expediente
- 12 II PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"
- 13 4. DELIBERAÇÕES
- 14 **4.1** Discussão e votação da Proposta de Emissão de Parecer para o
- 15 Reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública ao Escola Velha Produções
- 16 Culturais Teatro de Gouveia.
- 17 **5. OBRAS**
- 18 **5.1** Declaração de Caducidade
- 19 **5.2** Aprovação de Projetos de Especialidades
- 20 **5.3** Aprovação de Projetos Globais
- 21 6. RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA
- 22 III PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO"
- 23 - - Encontravam-se presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Luís
- 24 Manuel Tadeu Marques, Presidente, João Paulo Mendes Agra, Joaquim Lourenço
- 25 de Sousa, Teresa Maria Borges Cardoso, Maria Conceição Castro Salvador,
- 26 Jorge Abrantes Cardoso Ferreira, José Nuno Ribeiro Saraiva Silva Santos,
- 27 Vereadores, António Manuel Monteiro Mendes, Chefe da Divisão de
- 28 Planeamento, Urbanismo e Desenvolvimento Municipal, comigo Vera Lúcia
- 29 Rodrigues Mota, Chefe da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento.
- 30 - - Verificando-se que a Câmara estava reunida em número legal suficiente
- para deliberar, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.



32	I - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"
33	1. APROVAÇÃO DE ATAS:- Tendo-se procedido à leitura da ata n.º
34	22/2019, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
35	2. INFORMAÇÕES E INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS
36	SENHORES VEREADORES
37	2.1) INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE
38	Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, com o intuito de se dar
39	início às reuniões públicas descentralizadas e devido, infelizmente, ao trágico
40	acontecimento de 2017, simbolicamente, o executivo entendeu que esta primeira
41	reunião pública descentralizada deveria ter lugar na Freguesia de Melo,
42	precisamente para de algum modo se assinalar esse momento trágico que
43	assolou todo o nosso concelho e, particularmente, a União de Freguesias de Melo
44	e Nabais, gravemente afetada, não só na parte rural, como também na parte
45	urbana, com vários edifícios ardidos, como foi o caso da farmácia e outras
46	habitações.
47	Agradeceu ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias
48	de Melo e Nabais, ali presente, por ter recebido o executivo.
49	Na visita realizada à freguesia, tiveram a oportunidade de presenciar as diversas
50	e importantes intervenções que estão a ser executadas na área do saneamento,
51	em Nabais e em Nabainhos, bem como os trabalhos de limpeza da Ribeira da
52	Fonte dos Namorados, constatando, ainda, a conclusão das obras de
53	recuperação de alguns dos imóveis gravemente afetados com o incêndio de 2017,
54	como foi o caso da farmácia e a habitação do Senhor Karel que, sendo uma
55	intervenção em que a dona da obra é a CCDRC, porém, a Câmara tem estado
56	presente a acompanhar e a colaborar não só no apetrechamento da habitação,
57	mas também no alargamento do caminho de acesso à propriedade e agora nos
58	trabalhos de ligação da energia.
59	Tratou-se de um conjunto de intervenções que tiveram lugar e, dentro daquilo que
60	foi possível à Câmara, não deixaram de estar presentes e colaborar com as
61	pessoas e com as instituições.



- 62 ---- 2.1.1) CONVERSAS SOBRE PASTORÍCIA:- Fez referência à sessão que
- 63 se realizou no passado dia 18 de outubro, sobre a Pastorícia, no auditório da
- 64 Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, com bastante adesão, na qual técnicos de
- diferentes áreas vieram abordar assuntos e temáticas relacionadas com o setor e
- de grande interesse para os nossos criadores, nomeadamente, a questão das
- 67 pastagens.
- 68 - 2.1.2) ESTÁGIOS PEPAL:- Informou o executivo de que a Câmara
- 69 Municipal no âmbito do PEPAL Programa de Estágios Profissionais na
- 70 Administração Local, vai proceder à abertura de procedimento de recrutamento e
- 71 seleção de treze estagiários em áreas diversas.
- Usou da palavra a Senhora Vereadora Teresa Borges que, para complemento da
- 73 informação do Senhor Presidente, acrescentou que no âmbito da abertura do
- 74 PEPAL Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, o Município
- 75 de Gouveia apresentou candidatura a treze estágios, sendo que todos foram
- aprovados.
- No dia 14 de outubro foi publicada a abertura do procedimento de recrutamento e
- seleção de estagiários, encerrando as candidaturas a 28 de outubro.
- 79 Desses treze estágios, nove são de nível 6 (licenciaturas) e quatro de nível 4
- 80 (técnicos profissionais). Até ao momento já foram apresentadas 27 candidaturas,
- 81 mas existem estágios que ainda não têm nenhum candidato, nomeadamente,
- 82 turismo, ciências do desporto e, no tecnológico, na animação socio-cultural.
- Trata-se de um investimento total de 147.400,00 euros, sendo que, a encargo do
- 84 Município, está um valor de 43.200,00 euros.
- Os destinatários destes programas são jovens até aos 30 anos de idade ou 35
- 86 anos se forem portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou
- 87 superior a 60% e têm que estar inscritos no Instituto de Emprego e Formação
- 88 Profissional como desempregados.
- 89 As áreas e os níveis de formação estão definidos na Portaria 142/2019, de 14/05
- 90 e o aviso de abertura de concurso para seleção dos estagiários contém as regras
- 91 de candidatura e de seleção, sendo nomeado um júri para o efeito.
- 92 Os processos de seleção, presentes e passados, são processos públicos e



- 93 transparentes, disponíveis para consulta, quer pelos interessados, quer por
- 94 qualquer outra pessoa que mostre interesse legítimo na obtenção de
- 95 esclarecimentos, sendo que também, em qualquer processo de recrutamento, é
- 96 possível aos candidatos reclamarem das decisões.
- Nos termos da Lei 46/2019, que define o âmbito e o objetivo dos estágios PEPAL,
- 98 o estágio visa promover oportunidades de qualificação e formação que
- 99 proporcionem a aquisição de competências e melhores e maiores condições de
- 100 empregabilidade.
- 101 Trata-se de uma integração temporária de jovens desempregados que visa a
- 102 aquisição de experiência prática, bem como facilitar a entrada no mercado de
- trabalho, pretendendo promover a transição dos jovens do sistema de ensino para
- 104 o mercado de trabalho.
- 105 O Município de Gouveia não quis deixar de se associar a esta solução
- 106 governamental, contribuindo com estes treze estágios para que treze jovens
- 107 possam adquirir experiência e formação.
- Os estágios são remunerados e representam um investimento do Município de 43
- 109 276,18 euros.
- No presente momento, e, à luz da lei atual, (também assim foi na edição que
- antecedeu a presente) não é possível garantir uma integração dos estagiários nos
- 112 quadros do Município. Acredita-se, no entanto, que com esta ação se proporciona
- a estes jovens a possibilidade de tomarem contato com a realidade do mundo do
- 114 trabalho, podendo ser uma pequena ajuda na sua inclusão e servindo esta
- oportunidade como rampa de lançamento para o seu futuro.
- 116 Mais referiu que, todos os candidatos e todos os estagiários selecionados têm
- 117 perfeita consciência destas condições e nesses termos aceitam celebrar o
- 118 contrato de estágio, sendo que qualquer outra expetativa é da inteira
- responsabilidade dos próprios.
- 120 --- 2.1.3) **REFECON ÁGUAS:-** Comunicou ao executivo que, informalmente,
- 121 teve conhecimento que a empresa Refrige Coca-Cola estará a proceder ao
- 122 despedimento coletivo dos cinco trabalhadores que ainda dispõe na Fábrica
- Refecon Águas, a partir do dia 5 de janeiro de 2020, sendo que o Município não



- 124 tem qualquer comunicação oficial por parte da empresa, não foram contatados
- nesse sentido, nem receberam qualquer informação por escrito relativamente ao
- 126 assunto.
- 127 Entretanto, já solicitou o contacto do responsável por esta unidade fabril, a fim de
- 128 tomar conhecimento do que se passa em concreto, bem como saber da intenção
- da empresa relativamente àquelas instalações e ao seu funcionamento futuro.
- 130 - - 2.1.4) FESTA DA CASTANHA:- Convidou os Senhores Vereadores a
- estarem presentes na Festa da Castanha que terá lugar nos dias 1, 2 e 3 de
- 132 novembro, na Freguesia de Folgosinho.

2.2) INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA CONCEIÇÃO SALVADOR

- 134 - Em nome dos Vereadores do Partido Socialista congratulou-se com a
- realização das reuniões descentralizadas, agradecendo à União de Freguesias de
- 136 Melo e Nabais pelo facto de ter recebido o executivo.
- 137 ---- 2.2.1) CONVERSAS SOBRE PASTORÍCIA:- Relativamente à sessão sobre
- 138 a Pastorícia, congratulou-se com a adesão dos pastores. Realçou o facto das
- 139 intervenções dos técnicos terem sido realmente muito interessantes, porém,
- 140 considera que houve muita informação para tão pouco tempo, provavelmente,
- cada assunto, por si só, merecia ocupar a manhã.
- Por outro lado, não querendo menorizar a capacidade dos presentes, é de opinião
- 143 que alguns técnicos utilizaram uma linguagem demasiado técnica para o objetivo
- pretendido. Outros porém, usaram uma linguagem mais acessível e perceptível
- por todos.
- No entanto, no geral, considera que foi uma iniciativa bastante interessante e que
- merece ser repetida.
- 148 Usou da palavra o Senhor Presidente informando que é intenção do Município
- 149 voltar a realizar este tipo de sessões, em princípio, no próximo mês, desta vez
- 150 subordinada a um outro tema. Apesar de terem tido o cuidado de solicitar aos
- 151 técnicos que usassem uma linguagem o mais simples possível, atendendo ao
- próprio público que estava presente, o que é facto é que um ou outro não foram
- assim tão facilitadores da transmissão da mensagem. No entanto, isso não retira
- o mérito, nem da ação, nem das intervenções.



- 155 De facto, cada um dos temas, provavelmente, não terá tido o tempo merecido, 156 mas a preocupação não foi esgotar os temas, foi sensibilizar as pessoas para os 157 mesmos. Por exemplo, o tema relacionado com as pastagens, apesar de ter 158 havido esta ação mais ao nível teórico, no entanto, têm tido contactos no terreno 159 com alguns agricultores e com técnicos em ações concretas, inclusivamente, já 160 executaram plantações de sementeiras na serra, com testes com sementes 161 fornecidas pela própria entidade. 162 Agora, como é óbvio, estas ações vão continuar. Como referiu anteriormente, no 163 próximo mês, vai ser realizada outra ação sobre o tema relacionado com a saúde 164 animal e transmissão de doenças para os humanos, com a presença de técnicos da área da veterinária e técnicos da saúde. 165 166 - - - - 2.2.2) MINAS SANGA SAIBRO:- Uma vez que se encontram na freguesia 167 de Melo, não podiam deixar de abordar a questão da Mina de Sanga Saibro e 168 passou a ler o seguinte documento: "A mina C-86, denominada Sanga Saibro, foi concessionada à empresa José 169 170 Aldeia Lagoa e Filhos, Lda, em 18 de dezembro de 1998, através de um contrato 171 firmado com o Estado, com a duração de quinze anos, prorrogável por mais dez, 172 cuja adenda foi assinada em 2014, terminando a atividade da concessão, no 173 âmbito deste contrato, em 2023. 174 Como é sabido a concessão destina-se à exploração de depósitos minerais de 175 feldspato e quartzo, numa área de 75 hectares, que se situa quase, 176 exclusivamente, na área da freguesia de Melo, em pleno Parque Natural da Serra 177 da Estrela. 178 Consideram que a Câmara deve assegurar que os custos decorrentes da 179 atividade, nomeadamente, a manutenção das vias públicas que a exploração 180 utiliza, deve ser por conta da própria empresa e não deve ser a Câmara a assumir 181 o arranjo dessas vias.
- Pensamos, ainda, que a Câmara tem a obrigação de alertar para o cumprimento dos compromissos da concessionária no cumprimento do plano da lavra e os programas aprovados, mas, acima de tudo, na recuperação paisagística das
- 185 áreas exploradas.



186 Cumpre questionar se isso aconteceu nos terrenos utilizados indevidamente na 187 primeira fase, se há forma de os obrigar a recuperar de imediato esses terrenos. 188 Encontrando-nos a poucos anos do fim da concessão, os Vereadores do PS 189 gostariam de solicitar o Plano de Recuperação Paisagística, caso a Camara não o 190 tenha, de o solicitar junto do Ministério da Economia, no sentido de saber se a 191 recuperação paisagística pode e deve ocorrer no decurso da exploração ou se vai 192 só acontecer depois de 2023, à semelhança do que tem acontecido no concelho 193 em que só ao fim de dezenas de anos, é que se recuperam explorações 194 desativadas com os inerentes custos para o erário público." 195 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que vão saber em concreto o que 196 se passa, mas de facto a Câmara devia ter informação não só daquilo que a 197 empresa se obriga a fazer, o plano de recuperação previsto em termos de 198 espécies vegetais, como os próprios prazos em que isso se vai desenvolver. - - - 2.2.3) PROCESSO DE AVALIAÇÃO SIADAP/BIÉNIO 2017/2018:-199 200 Relativamente ao processo de avaliação dos funcionários da Câmara que, a uma 201 questão colocada por si, na última reunião de Câmara, o Senhor Presidente da 202 Câmara respondeu que os documentos estavam na sua posse para 203 homologação, pretendia saber se o processo já está concluído, se todas as 204 avaliações estão homologadas e para quando os funcionários vão ver refletido no 205 vencimento a respetiva atualização salarial. 206 Usou da palavra o Senhor Presidente informando que da sua parte está tudo 207

Usou da palavra o Senhor Presidente informando que da sua parte está tudo concluído. Sabe que há uma ou outra situação em que poderá haver reclamação, porquanto, resultante do critério da atribuição de quotas, poderá algum funcionário ter uma pontuação inferior e entender que deve reclamar. É essa fase que pode eventualmente vir a acontecer.

208

209

210

211

212

213

214

2.3) INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO PAULO AGRA

- - - Dirigiu um agradecimento à União de Freguesias de Melo e Nabais, pelo facto de ter recebido o executivo nesta primeira reunião de Câmara descentralizada.



- 215 ---- 2.3.1) PAGAMENTOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA:- Pretendia saber se
- 216 existem pagamentos em atraso às Juntas de Freguesia e outras entidades, quer
- 217 ao nível dos contratos assinados ou através de subsídios ordinários.
- 218 Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que não há
- 219 subsídios às Juntas, mas sim pagamentos no âmbito dos contratos
- 220 interadministrativos. Algumas obras referentes ao ano de 2018 estão
- 221 dependentes do despacho do Senhor Chefe de Divisão Eng.º António Mendes no
- 222 sentido de visar os respetivos autos.
- 223 Em relação aos contratos de 2019, já foram enviados para as Juntas de
- 224 Freguesia para procederem à sua assinatura e emissão da deliberação de
- 225 autorização das respetivas Assembleias de Freguesia, para que seja feito o
- pagamento dos 50%, em princípio, no mês de novembro.
- 227 - 2.3.2) INCÊNDIOS DE 2017:- Sendo aquela reunião de Câmara
- descentralizada de alguma forma para se assinalar o fatídico incêndio de 2017, o
- 229 Senhor Vereador teceu as seguintes considerações:
- 230 "Ao recordarmos os incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, numa das
- 231 freguesias que mais foi afetada por esta calamidade, recordamos a morte de uma
- 232 pessoa, os desalojados, mas também todas as pessoas e empresas que
- 233 perderam animais e bens, consumidos pelos incêndios. Para além da perda de
- valores materiais, damos especial importância a outros valores, mais importantes,
- 235 de natureza sentimental, ambiental e mesmo cultural.
- 236 À área ardida, juntaram-se ainda as perdas do nosso património, como é o caso
- 237 do Paço de Melo que viu degradar-se ainda mais, aquele que é um símbolo do
- 238 nosso Património Classificado com potencialidades únicas para c
- 239 desenvolvimento de Melo e de Gouveia.
- 240 Quem nos visita, pode ver ainda os efeitos da passagem do Incêndio, na
- 241 paisagem, nos locais que visita, como o Paço de Melo, nas habitações
- 242 reconstruídas ou nos negócios, como é o caso da Farmácia de Melo, mas
- 243 também nos sinais de trânsito, ou mesmo na sinalética do roteiro literário
- 244 virgiliano.
- 245 Devemos salientar ainda os apoios e a generosidade de toda a gente.



- 246 Um reconhecimento do trabalho de toda a população e um agradecimento
- 247 especial aos Bombeiros Voluntários de Melo que estiveram nas principais frentes.
- 248 Em muitos casos arderam os seus bens, quando tentavam acudir aos outros
- 249 cidadãos.
- 250 Através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o
- 251 Governo Português implementou a medida de Recuperação de primeiras
- 252 habitações no concelho de Gouveia, através do Programa de Apoio à
- 253 Reconstrução de Habitação Permanente.
- 254 Com os apoios concedidos, no âmbito do artigo 14.º da Portaria nº 366/2017, de 7
- 255 de dezembro, em Gouveia, foram aprovados 12 projetos, em espécie e em
- 256 dinheiro, envolvendo mais de 668 mil euros.
- 257 Foi criado o REPOR Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e
- 258 Capacidades Produtivas, destinado a atividades produtivas afetadas pelos
- 259 incêndios de outubro de 2017.
- 260 Os mais de 350 mil euros destinados a empresas do concelho de Gouveia, foram
- 261 canalizados para diferentes projetos: Em Folgosinho, ALBERTINO E FILHOS,
- 262 LDA, em Melo, a GOUVIABITA CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL LDA, e
- 263 ISABEL COELHO, UNIPESSOAL LDA.
- 264 Estão ainda a ser apoiados, como o Senhor Presidente referiu, muitos negócios,
- 265 através da mobilização de fundos comunitários.
- 266 Do apoio comunitário e nacional, foram obtidos ainda apoios para a reconstrução
- 267 de infraestruturas publicas e combate aos efeitos da erosão, de que está a
- 268 beneficiar a Câmara Municipal.
- 269 Salientamos o envolvimento de toda a população ao tentar reconstruir o que o
- 270 fogo destruiu em poucas horas.
- 271 Mas, para além da avaliação da situação, importa questionar a situação atual.
- 272 E se fosse hoje?
- 273 Será que a coordenação nacional dos meios melhorou?
- 274 Ao nível local, temos um Plano Municipal que responda às fragilidades detetadas
- 275 nestes incêndios?



- 276 No site da Câmara Municipal não é possível consultar o Plano Municipal de
- 277 Emergência de Proteção Civil de Gouveia em vigor.
- 278 Será que as pessoas sabem o que fazer caso seja declarado a situação de alerta
- 279 de âmbito municipal?
- Nos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017 esta situação foi declarada. Os
- 281 cidadãos foram obrigados a cumprir um conjunto de deveres especiais de
- 282 colaboração. Alguém sabe quais? A declaração, extemporânea, chegou a quem
- 283 se destinava?
- 284 A avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em
- 285 Portugal Continental, proveniente da Comissão Técnica Independente, tem sido
- 286 devidamente ponderada?
- O debate de onde plantar e o que se planta, que teve o seu auge no debate em
- 288 Folgosinho, teve consequências?
- Na resposta a estas questões, não podemos transmitir a confiança que não nos é
- 290 dada, podemos acreditar que podemos ter um futuro melhor, mas para isso todos
- 291 devemos assumir as nossas responsabilidades!
- 292 Em Melo, é importante que o Senhor Presidente da Câmara explique:
- 293 1 Fazendo Melo parte das Aldeias de Montanha, porque não se realiza aqui um
- 294 evento como aquele que vai ser feito pela Câmara Municipal em Folgosinho no
- 295 início do próximo mês de novembro; O caso de Melo também se repete em
- 296 relação a Figueiró da Serra ou Mangualde da Serra, já que as Aldeias também
- 297 têm algumas actividades promovidas pela Câmara Municipal.
- 298 2 Sendo o roteiro literário virgiliano, uma aposta decisiva do concelho de
- 299 Gouveia, cuja importância ao nível do Turismo, foi assumida na última reunião de
- 300 Câmara Municipal, questionamos quando vai ser feita a obra da vila Josephine.
- 301 Será que o próximo Orçamento da CM vai ter os fundos necessários que
- 302 permitam a concretização das obras de adaptação às novas funções culturais, de
- 303 modo a que possa reabrir como "Casa da Palavra Vergílio Ferreira" durante o
- ano de 2020, como foi anunciado pela comunicação social."
- 305 Interveio o Senhor Vereador Joaquim Lourenço informando que a Câmara
- 306 Municipal, em 2019, não promoveu nenhuma atividade na Freguesia das Aldeias.



A atividade a que se quer referir foi dinamizada pela Liga Humanitária das

307

308 Aldeias. A Câmara apenas prestou o apoio logístico ao nível de montagem do 309 palco, como faz nas restantes freguesias. 310 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, aquando a deflagração dos 311 incêndios de 2017, com todo o respeito pelo Senhor Vereador, podia haver o 312 melhor plano do mundo, que esse plano não tinha nada a ver com a realidade do 313 momento. 314 Se em termos de Planos e Prevenção estaremos melhor? Em termos de ações no 315 terreno estamos seguramente muito melhor. Os nossos bombeiros, neste 316 momento, também estão melhor capacitados. Agora, tudo isso não se compagina 317 como uma situação como aquela que vivemos, esperando que não se volte a 318 repetir. Todas as circunstâncias que, na altura, se verificaram, foram 319 circunstâncias absolutamente extraordinárias, anormais, que motivaram reações 320 que de facto foram aquelas que foram possíveis perante as circunstâncias, a 321 começar pelos próprios bombeiros que, muitas vezes, face à dimensão que o 322 incêndio teve, não havia visibilidade nenhuma, nem contactos telefónicos, nem 323 bombeiros suficientes para acudir a todas as freguesias. 324 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que, 325 após estes dois anos, e depois de ter feito uma reunião no pós-incêndio, de se ter 326 feito um levantamento exaustivo, de se ter vindo para o terreno, reconhece que de 327 facto nem tudo está feito, como já deram conta, há ainda muita coisa para fazer, 328 mas considera que muita coisa já foi feita. Por outro lado, é de opinião que a resiliência, a força de vontade e o empenho 329 330 que o Senhor Vereador Jorge Ferreira colocou e a disponibilidade que teve 331 durante este período, devem ser reconhecidos, a ele como a todos aqueles que 332 estiveram com ele, os serviços, os funcionários, todo o executivo. Pretende que 333 fique registado este seu reconhecimento quer pessoal, mas que, pensa, é do 334 entendimento coletivo deste executivo. 335 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que concorda 336 plenamente com o Senhor Presidente quando se referiu à ineficácia dos Planos 337 em determinadas circunstâncias. O que acha fundamental é perceberem o papel



de cada um num contexto como aquele que todos viveram. Reforçou que foi bastante sentido o reconhecimento aos bombeiros, para dizer que, por muito que uma pessoa sentisse que estava sozinha em alguns momentos, mas sabia também que os bombeiros do concelho fizeram aquilo que estava ao alcance deles, sacrificando-se, pessoalmente, para atingir os objetivos e, em particular, os Bombeiros Voluntários de Melo não abandonaram as populações em momento algum.

2.4) INFORMAÇÃO DO SENHOR CHEFE DE DIVISÃO ANTÓNIO MENDES

---- 2.1.1) ARU's DO CONCELHO:- Solicitou o uso da palavra o Senhor Chefe de Divisão António Mendes para esclarecer relativamente à questão colocada pelo Senhor Vereador João Paulo relativamente às ARU's e, após consulta ao Gabinete de Planeamento, informou que todas as ARU's aprovadas no concelho foram enviadas para o Portal da Habitação para publicação; no entanto, esta entidade teve alguns constrangimentos ao nível da capacidade de publicação, uma vez que a plataforma ficou sobrecarregada com o elevado número de afluência, o que não permitiu a respetiva publicação, estando a resposta dependente da reformulação do site. Não obstante, é condição do processo que se resolva a publicação naquele Portal, para que possa ser utilizado o correspondente link direito.

Usou da palavra o senhor Presidente referindo que independentemente do Portal do IRHU não ter desenvolvimento, considera que deve ser publicado na página do Município.

3. EXPEDIENTE

361 ---- Não se analisou expediente na presente reunião.

II – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

4. DELIBERAÇÕES

- - - - 4.1) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER PARA O RECONHECIMENTO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA AO ESCOLA VELHA PRODUÇÕES CULTURAIS TEATRO DE GOUVEIA:- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que todos reconhecem a importância e o mérito do Escola Velha em termos de promoção e



produção de cultura no concelho de Gouveia e é também de alguma forma uma embaixadora da cultura de Gouveia em outras paragens e, por essa razão, não tiveram qualquer dúvida em apresentar esta proposta no sentido da sua aprovação por parte do órgão executivo. Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que este pedido é feito pela Presidência do Conselho de Ministros, no entanto, pretendia saber se a proposta não tinha que vir acompanhada também do pedido do Escola Velha. Respondeu o Senhor Presidente referindo que quem solicita a emissão de parecer é a Presidência do Conselho de Ministros, pois o Escola Velha requereu diretamente a esta entidade. A Presidência do Conselho de Ministros é a entidade responsável pelo tratamento destes assuntos. No entanto, questionou a autarquia acerca da relevância e importância de tal pedido. Através da emissão de parecer, o executivo confirma a relevância, a importância e, no fundo, o merecimento deste reconhecimento à coletividade em apreço. Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que tudo o que se possa dizer acerca do assunto é pouco para aquilo que eles pedem, nomeadamente, a utilidade pública e daí a concordância dos Vereadores do Partido Socialista ser total. Muitas vezes as instituições para adiantarem o processo requerem o próprio parecer da Câmara que teria da parte do executivo igual parecer, como forma de agilizar o próprio processo em termos de reconhecimento por parte do Conselho de Ministros e neste caso facilitar o processo à própria Presidência do Conselho de Ministros. Toda a gente sabe que isto é um documento fundamental, o parecer da Camara, também da Junta de Freguesia é fundamental apresentar e poderá apreçar um processo que todos sabemos que é longo mas que pode ser apressado por esta via. Interveio o Senhor Presidente referindo que tomaram conhecimento desta intenção do Escola Velha, através do pedido da Presidência do Conselho de

Discutido o assunto, considerando:

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

Ministros, pois o Escola Velha nunca solicitou à Câmara a emissão de parecer.



400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

- O ofício n.º 1071/DAJD/2017, proveniente da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, datado de 11 de outubro de 2019, solicitando a emissão de um parecer que possa contribuir para a apreciação da pretensão do Escola Velha Produções Culturais Teatro de Gouveia em lhe ser atribuído o Estatuto de Utilidade Pública;
- Que o Escola Velha Teatro de Gouveia, desde a sua fundação em 1997, tem como principal objetivo a produção de espetáculos de teatro;
 - Que, com o tempo, tem vindo a alargar os seus horizontes, trabalhando no sentido de contribuir para que em Gouveia se verifique um aumento da oferta da animação turística/cultural através da organização de ações culturais ao longo do ano;
 - Que têm contribuído para a promoção do concelho de Gouveia dando visibilidade a iniciativas de animação cultural de qualidade e promovendo a participação das populações com base nas suas raízes e práticas culturais;
 - Que, para além das mais de duas dezenas de peças teatrais já apresentadas, têm-se evidenciado também pela realização de outras iniciativas, das quais se destacam: o Festival da Praça das Origens, o qual ano após ano tem vindo a ganhar preponderância e é já um evento obrigatório no calendário de actividades do concelho de Gouveia; a organização de Festivais de Teatro, exposições, ações de formação, entre outras iniciativas;
- Que também tem merecido destaque o Grupo de Fados criado no seio desta coletividade – 'Noites de EnCantar' e que tem atuado um pouco por todo o concelho e por esta região;
- Que, desde maio de 2019, numa articulação com a Fundação Altice e o
 Município de Gouveia, dinamizam uma Cabine de Leitura (Microbiblioteca –
 'Leva & Traz');
- Que, a Câmara Municipal de Gouveia considera que a Declaração de Utilidade Pública ao Escola Velha Teatro de Gouveia se reveste de total mérito e justiça.



Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo das alíneas u) e bbb) do n.º 1 do art.º 33.º do citado diploma legal, proceder à aprovação do parecer para o RECONHECIMENTO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA ao Escola Velha - Teatro de Gouveia.

5. OBRAS

- - - - 5.1) Deliberou a Câmara, por unanimidade, em conformidade com a informação dos Serviços Técnicos e, em minuta, de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à emissão de DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE do seguinte processo, nos termos do n.º 5 do art.º 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro:- De Fernando António Sousa Almeida, de União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, para Reconstrução de Edifício – Habitação.

- - - - 5.2) Deliberou a Câmara, por unanimidade, em conformidade com a informação dos Serviços Técnicos e, em minuta, de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomar conhecimento dos seguintes Projetos de Especialidades e proceder ao deferimento final dos respetivos processos de licenciamento, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro:- De Fundação D. Laura dos Santos, de União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, para Construção de Edifício – Residência Sénior; De José Paulo Aguiar de Paiva, de Vila Franca da Serra, para Alteração de Edifício – Habitação.

- - - - 5.3) Deliberou a Câmara, por unanimidade, em conformidade com a informação dos Serviços Técnicos e, em minuta, de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação do seguinte Projeto de APROVAÇÃO GLOBAL, nos termos do n.º 3 do art.º 20.º e alínea c) do n.º 1 do art.º 23.º do



- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a republicação dada pelo
- Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, os seguintes projetos:- De
- Rogério dos Santos Veloso, de Pacos da Serra, para Substituição de Cobertura.

6. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

- 465 ---- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número **202**, referente ao dia
- vinte e três de outubro, pelo qual se verifica a existência dos seguintes saldos:
- 467 **Em Operações Orçamentais -** Um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil,
- duzentos e vinte e oito euros e quarenta e um cêntimos (€1.434.228,41), Em
- 469 Operações Não Orçamentais Quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e
- 470 cinquenta e seis euros e trinta e oito cêntimos (€415.456,38).
- 471 - - Nos termos da legislação em vigor, ratificou a Câmara a realização de
- despesas a que se referem as requisições números 1543, 1622, 1633, 1666,
- 473 1684, 1685, 1699, 1700, 1704, 1747, 1749 a 1864, 1869, 1871, 1872 a 1890,
- 474 1893 a 1908, 1910 a 1948, 1950, 1952, 1953, 1955 a 1959, 1962 a 1970, 1975 a
- 475 1977, 1980 a 1982, 1909, 1949, 1951, 1954, 1961, 1971 a 1973, 1985 a 1987,
- 476 1989 a 1996, 1998 a 2011, bem como os pagamentos no montante de cento e
- oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco euros e setenta e dois cêntimos
- 478 (€184.895,72) a que se referem as Ordens de Pagamento números 2362, 3984,
- 479 4182, 4258, 4261, 4263, 4271, 4412, 4434, 4443 a 4448, 4450 a 4456, 4458 a
- 480 4464, 4466, 4467, 4469 a 4474, 4476, 4480, 4484 a 4487, 4491, 4493, 4494,
- 481 4496 a 4538.

464

482 III – PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO"

- 483 ---- 1) Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de
- 484 **Melo e Nabais:-** No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia
- da União de Freguesias de Melo e Nabais agradeceu a presença do executivo na
- 486 sua freguesia. É para si uma honra poder recebê-los e é um símbolo que ficará na
- 487 sua história de Presidente de Junta. Ficou, portanto, grato pela presença do
- 488 executivo e pelo facto de ter sido a Freguesia de Melo a primeira neste regime de
- 489 reuniões descentralizadas.
- 490 ---- 2) Senhor Fernando Ferreira, de Nabais:- Na qualidade de proprietário de
- 491 uma empresa de táxis, sediada na freguesia de Nabais, dirigiu-se à reunião de



492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

Câmara para apresentar uma reclamação pelo facto de a Câmara ter suprimido um parque de estacionamento para a construção de passeios. Foi-lhe dito que era possível continuar a estacionar as viaturas, no entanto, isso não é viável, uma vez que são atuados pela GNR em virtude de existirem queixas da parte de alguns vizinhos. Para além disso, tem conhecimento de que, na parte superior da freguesia, junto ao café, durante a noite, foram marcados lugares de estacionamento em zona privada, abrangendo a zona de passeio, incluindo, portanto, área pública. Porém, a parte que diz respeito à via pública é sempre necessária a emissão de licença da respetiva ocupação, pelo que solicita que seja averiguada a situação. Devidamente autorizado usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão António Mendes referindo que não assiste o direito aos privados de proceder a esse tipo de marcação na via pública, podendo apenas limitar-se à intervenção no espaço que será sua propriedade. No entanto, o que será necessário aferir com rigor é a definição do limite entre as áreas pública e privada, uma vez que para poder ser efetuada demarcação de pavimentos com condicionamento de utilização, será obrigatória a confirmação de que aquela área é efetivamente pública; neste cenário, a regra de utilização do espaço para parqueamento permitirá o uso indiscriminado por qualquer cidadão, sem exceção. O outro lado da questão prende-se com a possibilidade da existência de área privada, o que vedaria, desde logo, a sua utilização pública para estacionamento, não existindo aqui qualquer incumprimento por parte dos proprietários. Usou da palavra o Senhor Presidente perguntando, em relação ao passeio construído, o qual tem uma dimensão significativa, se era possível ser autorizado e reservado, sem prejuízo da circulação dos peões, um espaço para um lugar de táxi e para os demais residentes. Usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão António Mendes dizendo que se a largura dos passeios permitir a utilização conjunta, falando da possibilidade de passar uma cadeira de rodas, além da faixa de estacionamento, é possível excecionar a utilização parcial do passeio, para estacionamento, marcando devidamente, colocando um sinal adequado, mas com a condição dos espaços



523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

serem marcados e salvaguardarem a utilização pedonal. Não será nunca aceitável retirar a acessibilidade pedonal para dar prioridade ao estacionamento de viaturas. Usou novamente da palavra o Senhor Fernando Ferreira referindo que os passeios são largos, no entanto, também existem umas roseiras que podem estar a impedir a passagem de cadeira de rodas. Respondeu o Senhor Chefe de Divisão António Mendes dizendo que se as roseiras estão no espaço público e estiverem a incomodar podem ser retiradas. O princípio básico, hoje em dia, determina que os passeios salvaguardem a acessibilidade total; sendo certa a impossibilidade de recuar as fachadas para garantir sobrelargura, resta defender uma viabilidade de compatibilização e convivência entre os dois usos, sempre no contexto atual da "prioridade aos pões", como é absolutamente compreensível. Em geral, concluiu, as pessoas gostam de ter o seu veículo parqueado o mais próximo possível da sua habitação, esquecendo que existem alternativas, ou seja, outros locais próximos, aqui exemplificados pela disponibilidade, quase sempre permanente, no Largo das Tílias. Interveio novamente o Senhor Fernando Ferreira alertando que, se utilizar esse parque para estacionamento das viaturas da empresa, mais ninguém o poderá usar, reafirmando que, quando construíram os passeios, foi-lhe garantido que podia continuar a estacionar, porém, isso não se está a verificar. Respondeu o Senhor Chefe de Divisão António Mendes dizendo que será preferível esse cenário à alternativa, que passa por "atolar" o passeio com carros, embora não deve ser dada como certa a possibilidade de ocupação integral do passeio, para esse efeito. Quando foi divulgada a eventualidade de garantir estacionamento, era já condição o pressuposto de compatibilidade da utilização simultânea, tendo presente o facto de que o passeio dispõe no início do arruamento uma largura considerável; tendo em conta as dificuldades de estacionamento nesta zona foi equacionada esta solução, mas sempre ajustada ao princípio da prioridade aos peões, entendimento que não deverá ser negociável no interior das áreas urbanas.



- CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA 554 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que os serviços vão analisar a 555 situação e verificar o que poderá ser feito. Em qualquer circunstância, aquilo que 556 lá está agora ou estava anteriormente, nunca dava para todas as viaturas da 557 empresa. Assim, verificando-se a dimensão dos passeios e precavendo a 558 circulação pedonal, os serviços vão verificar o que é possível acautelar para essa 559 condição específica de praça de táxis. 560 Interveio o Senhor Chefe de Divisão António Mendes questionando acerca da 561 localização oficial do lugar. 562 Respondeu o Senhor Fernando Ferreira referindo que, primeiramente, o lugar de 563 táxis era na parte superior, junto ao café das Tílias, posteriormente, transitou para 564 a zona de baixo e nunca houve problemas de estacionamento, agora, 565 recentemente, é que os vizinhos começaram a reclamar. 566 Interveio o Senhor Presidente reafirmando que a situação vai ser analisada pelos 567 serviços e posteriormente lhe será dado conhecimento. - - - 3) Senhora Ana Cristina Oliveira, de Nabais:- Congratulou-se com a iniciativa do executivo no sentido da realização das reuniões descentralizadas nas freguesias do concelho, esperando que seja a primeira de entre muitas. Na qualidade de Deputada Municipal deseja que este exemplo também seja colocado
- 568 569 570 571 572 em prática pela Assembleia Municipal, lamentando, contudo, que seja feito em 573 horário laboral.
- 574 Referiu que se encontra presente na reunião de Câmara, por um lado, na 575 qualidade de única Deputada Municipal eleita por esta freguesia e, por outro lado, 576 como cidadã residente na freguesia de Nabais.
- 577 Deste modo, colocou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara, relacionadas com projetos a levar a efeito na União de Freguesias de Melo e 578
- 579 Nabais, mais concretamente, na freguesia de Melo:
- 580 a) Vila Josephine, Roteiro Vergiliano e Paço de Melo:- Pretendia saber o ponto
- 581 de situação em que se encontra o projeto da Vila Josephine e o projeto do Paço
- 582 de Melo.
- 583 Relacionado com o projeto da Vila Josephnie, e dentro dos mesmos princípios,
- 584 encontra-se o Roteiro Virgiliano. Existem umas placas identificativas que foram



585 danificadas pelos incêndios que, segundo aquilo que lhe foi transmitido, até 586 mesmo veiculado nas redes sociais, ainda se encontram danificadas. 587 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que se encontram a ultimar o 588 projeto para que, logo que seja possível, também em termos orçamentais, 589 poderem avançar com os trabalhos. A parte urbana não sofreu danos, porém, a 590 parte rural foi grandemente afetada. Ainda agora, juntamente com o técnico do 591 Gabinete Florestal, Eng.º Hugo Teixeira, estiveram a analisar a situação no 592 terreno, solicitando-lhe que seja feita a limpeza, pois ainda há árvores 593 derrubadas. 594 Relativamente à questão das placas, foi elaborada uma candidatura, dentro 595 daquilo que foi possível, para combater prejuízos que decorreram precisamente 596 do incêndio de outubro de 2017. A candidatura foi aprovada, entretanto, foram 597 informados que iam ser retirados perto de 150.000,00 euros ao montante que 598 inicialmente tinha sido aprovado, uma vez que todo esse programa não tinha 599 dotação suficiente para o conjunto de Municípios afetados. Para além disso, a 600 Câmara Municipal de Mação entrepôs um processo em Tribunal e o Estado 601 Português foi condenado a incluir esse Município no programa, uma vez que não 602 tinha sido abrangido inicialmente. No entanto, isso terá que ser resolvido com o 603 reforço de verbas, pois são montantes muito significativos, caso contrário, aquilo 604 que tinha sido atribuído às Câmaras, já depois do corte, ainda viria a ser mais 605 reduzido agora com a inclusão daquela Câmara Municipal. 606 De qualquer forma, decorrente dos incêndios, a Autarquia de Gouveia está a 607 realizar intervenções diversas, nomeadamente, no Curral do Negro, como é 608 exemplo disso a reconstrução dos balneários, que se encontram em fase final, 609 estando-se a aguardar o fornecimento de candeeiros e pimenteiros. Para além 610 disso, existe uma equipa que está a substituir a sinalética rodoviária, igualmente 611 danificada pelo incêndio de 2017. 612 No entanto, como disse anteriormente, é intenção substituir também a sinalética 613 do Roteiro Vergiliano. Foi verificado em concreto o que ainda se encontra por 614 substituir, dado que ainda há algumas placas sinaléticas disponíveis em



615 armazém, contudo, não satisfazem nem em número, nem em conteúdo, todas 616 aquelas que é necessário substituir. 617 Para este efeito, o Senhor Vereador José Nuno Santos já tem o levantamento e o 618 respetivo orçamento para a sua substituição. Assim, o mais rapidamente possível, 619 vamos fazê-lo, até porque, contatada a Agência que gere este programa de apoio 620 para a recuperação das infraestruturas danificadas pelo incêndio de outubro de 621 2017, à partida, ainda conseguirão incluir alguma verba para este efeito. Vão, 622 portanto, avançar com estes trabalhos. Não é algo que esteja esquecido, muito 623 pelo contrário, é uma preocupação do Município e o mais rapidamente possível 624 vão fazê-lo, à semelhança do que já estão a fazer com a sinalética rodoviária. 625 Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que o Roteiro 626 Vergiliano tinha valores naturais que serviam de referência que entretanto 627 desapareceram, o que os obriga, neste momento, a ter que fazer um outro 628 levantamento e a ter como referenciais outros pontos. Não é só uma questão de 629 substituição de placas, mas antes tomar como referência outros pontos que 630 poderão aparecer e que não constavam. Por exemplo, o castanheiro que servia 631 de referência e que estava marcado como "virando para a esquerda", já lá não 632 está. O pinheiro manso onde estava pintado o "virar para esquerda", também já lá 633 não está neste momento, bem como o muro que provavelmente foi derrubado. 634 Isto obriga a um novo trabalho mais profundo. Não se trata apenas de 635 substituição de placas ou postes, muito embora considere que o trabalho de 636 desobstrução e limpeza seja prioritário. 637 Usou novamente da palavra o Senhor Presidente referindo que a Freguesia de 638 Melo, a par de outras no concelho, faz parte das "Aldeias de Montanha". No 639 âmbito desta Associação, foi possível desenvolver uma candidatura em relação a 640 algumas Aldeias que fazem parte desta Rede que, por algumas das suas 641 características especiais, podiam ser objeto de inclusão numa candidatura que 642 agora tem por objetivo a sua classificação como "Aldeias do Conhecimento". Uma 643 delas é precisamente a freguesia de Melo, via Vergílio Ferreira. 644 Essa candidatura foi apresentada no âmbito da ADIRAM, tendo sido aprovada,

pelo que vamos ter, para os próximos dois anos, a possibilidade de desenvolver

645



646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

um "Festival Literário", em paralelo com tudo aquilo que se venha a verificar com o desenrolar do projeto de recuperação e adaptação da Vila Josephine. Pretendem com este projeto o aproveitar de alguns dos espaços para novas funcionalidades e manter a parte central da casa o mais original possível, para que os visitantes possam também constatar e vivenciar aquilo que era o ambiente que Vergílio Ferreira fruía quando estava em casa. Para o último piso, está projetado, e é intenção, transformar numa residência artística para escritores que pretendam ali passar algum tempo e, no final desse período, comprometerem-se a apresentar um trabalho da sua autoria relativamente a Vergílio Ferreira e todo o ambiente que a freguesia lhe possa proporcionar e estimular para a sua criatividade. Mais referiu que o "Festival Literário" vai ter início no próximo ano e é uma forma de alcançar para Melo mais um evento que possa trazer ainda mais gente a esta freguesia, por via, como disse, de Vergílio Ferreira. Relativamente ao Paço de Melo, informou que, neste momento, não há qualquer desenvolvimento em relação a um projeto para este espaço. Continuam a procurar eventuais interessados privados que possam ter interesse nele e desenvolvê-lo. Existe um estudo para aproveitamento turístico de uma parte do Paço, elaborado há já alguns anos, ainda no mandato do anterior Presidente de Câmara, Dr. Álvaro Amaro, que era no fundo para, contactando com potenciais interessados, nomeadamente, na área do turismo, lhes poder de alguma forma despertar o interesse. Têm visitado o espaço alguns possíveis interessados mas, infelizmente, em concreto, até agora, ainda não foi possível dinamizar o Paço. Usou novamente da palavra a Senhora Ana Cristina Oliveira referindo que partilha integralmente do raciocino do Senhor Vereador Joaquim Lourenço. Ficou a saber que já foram identificadas as necessidades ao nível das placas informativas ou sinalética do Roteiro Vergiliano, no entanto, pretendia saber o que pensa a Autarquia fazer até que exista um projeto adequado para a nova versão do Roteiro Vergiliano. No que diz respeito ao projeto para a Vila Josephine que o Senhor Presidente

descreveu, parece-lhe de facto muito interessante, pelo que pretendia saber se já



677 há previsão de datas, se o projeto está aprovado e o que falta para a execução do 678 mesmo. 679 Relativamente ao Paco de Melo, recorda-se desse estudo, no entanto, pretendia 680 saber o que é que a Câmara está a fazer para transmitir e divulgar essa 681 informação a possíveis empresários privados, isto é, como é que essa divulgação 682 está a ser feita. 683 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, em relação ao Roteiro 684 Vergiliano, neste momento, não estão a desenvolver nenhum Roteiro novo. Estão 685 a tratar da aquisição da sinalética necessária e a reposição do Roteiro que já 686 existia. Como disse o Senhor Vereador Joaquim Lourenço, antigamente, havia marcações que se encontravam colocadas em árvores e que hoje, fruto dos 687 688 incêndios, já não existem. Portanto, essas indicações terão que ser colocadas em 689 placas sinaléticas. Como disse, já foi feito o levantamento das necessidades e 690 estão na fase de proceder à sua aquisição. Como é um dano decorrente dos 691 incêndios de 2017, haverá a possibilidade, apesar dos cortes, de alguma parte 692 desse montante poder vir a ser comparticipada. Reafirma, não há roteiro novo, há a reposição do roteiro existente com as alterações na sinalética decorrentes dos 693 694 incêndios que é necessário introduzir. 695 Relativamente à Vila Josephine, o seu projeto, no total, obra e equipamento, com 696 a instalação de um elevador no exterior, terá um custo de cerca de 300.000,00 697 euros. Porém, neste momento, não existe programa comunitário para inclusão 698 deste projeto. Entretanto, foram desenvolvendo com outros Municípios, o Município do Fundão e o Município da Guarda, uma Rede de Escritores, já 699 700 aprovada em sede de reunião de Câmara que, embora tenha uma preocupação 701 com a vertente imaterial, aquilo que pretendem é que, na sequência dos 702 contactos que já tiveram com a CCDRC, mais propriamente com a Senhora 703 Presidente, na altura, voltar a haver aquilo que já existiu, ou seja, um Roteiro de 704 Escritores, com apoios para ações materiais, ou seja, apoios para intervenção ao 705 nível de obra. 706 Prosseguiu dizendo que a realidade de hoje é que não há onde enquadrar esta

intervenção para ter apoio comunitário. Aquilo que é a expetativa é que, por via

707



708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

destas Redes, possam voltar a ser enquadradas com programa comunitário. Porém, agora, no final deste Quadro, não vai haver certamente grandes novidades relativamente a isto. No entanto, aquilo que se prevê é que, no próximo Quadro Comunitário, não só em relação à parte da cultura, mas também em relação a tudo o resto, haja efetivamente apoio para ações materiais. O erro deste Quadro Comunitário que agora termina, foi prever apoios para ações imateriais, quando, muitas vezes, não estava concretizada a parte material para poder ser utilizada para potenciar essas ações imateriais. Faltava o antes. Aquilo que é a intenção e a expetativa da CCDRC é que no novo Quadro Comunitário 2030 haja, efetivamente, apoios para ações materiais na área da cultura. Independentemente dessas serem as expetativas, a Câmara confere muita importância à recuperação da Vila Josephine. Nessa medida, estão a desenvolver o projeto que já está numa fase final, a fim de estar pronto para o caso de existir a possibilidade de candidatura. Se for possível, entretanto, nos próximos tempos avançar com a intervenção, ela terá toda a prioridade em ser feita, pois reconhecem-na de extrema importância, não só para Melo, como também para o concelho, porque é uma das bandeiras. Melo, é uma freguesia muito visitada por pessoas individualmente ou por grupos, que se deslocam precisamente para conhecer mais o território de Vergílio Ferreira e no qual ele se inspirava para escrever as suas obras. Como referiu anteriormente, fruto da nossa participação na Associação Aldeias de Montanha, vão decorrer no próximo ano os "Festivais Literários". Reconhece que o ideal era terem a Vila Josephine já a funcionar e a ser utilizada no próximo ano. Todavia, como disse, neste momento, não existe perspetiva de datas, depende daquilo que for entretanto possível candidatar ou a Câmara, a expensas próprias, tiver possibilidade de executar. 300.000,00 euros, é de facto um investimento avultado para o orçamento municipal, existindo essa expetativa no novo Quadro Comunitário que poderá vir a ajudar. Porém, considerando a intervenção na Vila Josephine uma intervenção muito relevante e importante, logo que seja possível, em termos orçamentais, avançar com ela, não deixarão de a colocar como uma intervenção prioritária pois, com a mais-valia da realização dos "Festivais



739 Literários", o ideal seria dispor da casa de modo a ser fruída e utilizada como 740 residência artística. 741 Quanto ao Paço de Melo, considera que a Câmara não é uma agência imobiliária 742 e não é dessa forma que agem. A maneira de agir é estabelecer contactos com 743 empresários e empresas do ramo da hotelaria que possam ter interesse em 744 investir nesse tipo de empreendimentos no nosso território. Há um estudo que, na 745 altura, apontava para cerca de 45 quartos. É preciso mostrar a viabilidade do 746 investimento, apresentando-o, seja em abordagens diretas, seja por interpostas 747 pessoas que, sabendo dessa nossa intenção, nos colocam em contacto com 748 essas empresas. A par da divulgação e contactos que fazem em feiras do turismo 749 que, em relação a esse e outros imóveis existentes no concelho, não os deixam 750 de apresentar como potenciais de investimento. 751 Informou que, à semelhança daquilo que vai acontecer no sítio das "Regadas", 752 (nas freguesias de Figueiró da Serra, Freixo da Serra e Folgosinho), um 753 investimento superior a cinco milhões de euros, é muito provável que esse grupo 754 de investidores vá adquirir um outro imóvel no concelho de Gouveia para 755 investimento, no valor superior a um milhão de euros. Também não lhes deixaram 756 de apresentar o Paço de Melo, no entanto, transmitiram que, para o tipo de 757 investimento que pretendem fazer, não estava, naquele momento, nos seus 758 planos de investimento. 759 Usou da palavra a Senhora Ana Cristina Oliveira pedindo ao Senhor Presidente 760 da Câmara que não interpretasse a sua intervenção e as suas questões como 761 uma crítica, mas mera curiosidade e se de facto vieram a existir verbas no Quadro 762 Comunitário 2030 é de opinião de que devem ser aproveitadas e a estratégia a 763 adotar deve ser mesmo essa. 764 Retorquiu o Senhor Presidente da Câmara referindo que a Senhora Ana Cristina 765 Oliveira tem direitos e obrigações diferentes de qualquer outro cidadão do 766 concelho, uma vez que é deputada eleita na Assembleia Municipal e, por 767 conseguinte, também tem direito a informações que não são do conhecimento do 768 cidadão comum. Contudo, neste tipo de questões, muitas vezes, se coíbem de 769 falar das coisas, porque muitas vezes não são certas e às vezes são tomadas



770 como certas. E, desse modo, foi muito cuidadoso em dizer que, na questão da 771 Vila Josephine, há expetativa da parte da CCDRC que, no próximo Quadro 772 Comunitário, possa efetivamente prever investimento que, no fundo, é o voltar ao 773 Quadro anterior, no qual as ações materiais eram financiadas, ao passo que no 774 Quadro Comunitário 2020, a preocupação foi financiar ações imateriais. O que se 775 perspetiva é que volte ao que acontecia, ações materiais a serem financiadas, 776 porque se reconhece que muitas vezes há ações imateriais a serem apoiadas e 777 depois necessitam de uma determinada base material que não existe ou não está 778 suficientemente criada. 779 b) Exploração de areias:- Relativamente à exploração de areias na mina de 780 Sanga Saibro a Senhora Ana Cristina Oliveira deu conta da necessidade de 781 manutenção da via de acesso. 782 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que tem conhecimento de que tem 783 havido recorrentemente algumas reclamações em relação à manutenção do 784 caminho. A empresa já foi contactada várias vezes, tendo transmitido que ela 785 própria iria efetuar a manutenção e reposição de terras. Sabe que houve algumas 786 intervenções nesse sentido, mas, neste momento, não sabe qual o seu estado, 787 questionando o Senhor Chefe de Divisão António Mendes de que modo a Câmara 788 poderá exigir essa manutenção uma vez que se trata de uma concessão. 789 Devidamente autorizado usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão António 790 Mendes referindo que se trata de uma concessão de uma exploração mineira. 791 Sobre essa concessão a Câmara não teve qualquer intervenção no licenciamento, nem é a entidade coordenadora do processo, responsabilidade que cabe ao 792 793 Ministério da Economia, sendo papel do Município zelar pelo território defendendo 794 os interesses dos nossos munícipes. Nesse sentido e em relação ao caminho que 795 atravessa a exploração, designadamente quanto ao seu estado de conservação 796 (arrastamento de areias, buracos), o que podemos e devemos fazer é, num 797 primeiro momento voltar a chamar a atenção à firma directamente para 798 procederem à necessária manutenção e conservação e, caso não se verifique 799 resposta operacional aceitável, devemos apresentar nova junto da entidade coordenadora - Ministério da Economia. Tal procedimento já ocorreu pelas 800



- 801 mesmas razões e o Município providenciou uma vistoria conjunta de que resultou, 802 na altura, a compulsiva realização de trabalhos de conservação, percebendo-se 803 estarmos numa situação semelhante de incumprimento. 804 A requalificação paisagística será feita numa fase posterior porque todas estas 805 explorações têm a obrigação de ter um plano de requalificação paisagística. 806 Nesse sentido irá diligenciar junto do gabinete florestal no sentido de ser feita uma 807 avaliação do estado do caminho e, em consequência, adotar os procedimentos 808 referidos. 809 Interveio a Senhora Ana Cristina Oliveira perguntando relativamente a este tema 810 e o facto de o ter abordado em reunião de Câmara, se poderá ficar tranquila de 811 que o Senhor Eng.º António Mendes, na qualidade de Chefe de Divisão da 812 Câmara Municipal, vai diligenciar perante a empresa que explora a mina para ter 813 um maior rigor na manutenção daquela via, pois é isso que espera com a sua 814 intervenção. 815 Respondeu o Senhor Chefe de Divisão António Mendes referindo que não se 816 tratará de uma questão de tranquilidade, mas de obrigação a que se pretenderá 817 dar resposta, sendo que, nem sempre com a celeridade que os assuntos 818 merecem, devendo ficar o registo neste sentido. 819 c) Casa modular:- Informou que foi abordada por um cidadão que lhe solicitou 820 que colocasse este assunto em reunião de Câmara, uma vez que, por razões 821 profissionais, não lhe era possível estar presente. O cidadão em causa chama-se 822 Adão Silva e é proprietário de uma casa modular em Nabais. 823 Recentemente foi abordado por técnicos da Câmara Municipal que lhe 824 transmitiram que haviam recebido uma denúncia em relação à casa modular que 825 o cidadão tinha colocado na sua propriedade e, segundo aquilo que os técnicos 826 lhe transmitiram, seria obrigado a apresentar um projeto. 827 No entanto, também não lhe deram informação em concreto que tipo de projeto é 828 necessário, tanto mais que a empresa que lhe cedeu a casa, o informou que não 829 era necessário.
 - 27

Devidamente autorizado usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão António

Mendes referindo que, formalmente, neste momento não tem conhecimento direto

830

831



sobre o assunto, mas apenas o enquadramento implícito à relação técnica que tem tido com os restantes técnicos que, confirma supor, iriam hoje mesmo realizar uma visita ao local e aferir a pormenorização do assunto.

De facto, é certo existir uma reclamação de um vizinho relativa à legitimidade desta construção, sendo necessário averiguar o enquadramento deste tipo de construções no âmbito técnico/construtivo de licenciamento e enquadramento territorial — planos em vigor. Em primeiro lugar, parece existir um ato de publicidade enganosa subjacente à decisão destas aquisições e, sobre essa questão, a Câmara não poderá responder, ou seja, se a entidade que vendeu a edificação, (ou continua a vender) e a publicitar que aquele tipo de construção está isenta de processo de licenciamento, deverá assumir as respetivas consequências e responsabilidades, em paralelo com a dos compradores que, numa atitude pouco responsável, não solicitam previamente a informação junto das respetivas Câmaras Municipais.

Ainda no dia anterior, em consequência desta reclamação, foi analisado um oficiocircular emanado da ANMP e informação complementar de outras entidades com responsabilidades nesta matéria, onde é claro que, este tipo de edificações, ditas precárias, estão de facto sujeitas a controlo prévio. As obras que podem ser consideradas isentas de "licenciamento" são as que não têm fixação ao solo, por definição. Ora, a partir do momento em que se instala este tipo de construção sobre um conjunto de apoios, mesmo que em tijolo, essa fixação passa a existir, e o conjunto passa a estar sujeito a controlo prévio. Mesmo que tal constatação fosse posta em causa, é clara a conexão ao solo através das infraestruturas gerais de serviço - redes água, esgoto e seu tratamento e rede elétrica -, que materializam essa mesma ligação, não parecendo ser viável o argumento de isenção. Para além do mais e a montante desta análise, é necessário verificar as condições de enquadramento nas regras de planeamento e condicionantes; entre estas registe-se a necessária conformidade com as regras publicadas recentemente, relativas ao nível de risco de incêndio, que são muito rigorosas. Se o terreno se implantar em área de risco médio ou alto é quase impossível a permissão de construção de habitação e, em caso desse risco ser baixo, é



necessário o cumprimento de condições de afastamento às extremas da propriedade que também são muito difíceis de cumprir porque exigem cerca de 100 metros de frente de uma propriedade para que o edifício figue no meio cumprindo todas as regras de segurança. Ainda assim, caso se verifique o total cumprimento das regras e legislação aplicável quanto à implantação, o proprietário terá que apresentar todos os planos de edificação e respectivos projectos de especialidades. Conclui-se, portanto que existe alguma ligeireza na postura destes proprietários, uma vez que que não foi acautelada a verificação de um conjunto de condições fundamentais, previamente à assunção deste tipo de investimentos, podendo ser desagradável a consequência. Não obstante, os serviços vão aferir e avaliar o processo em função das conclusões a retirar da visita ao local, mas será de crer que o processo não se afastará daquilo que acabou de explanar. Usou da palavra o Senhor Presidente realçando a questão da responsabilidade da própria empresa, isto é, ao fornecer a casa, também deveria fornecer os próprios projetos. Interveio o Senhor Vereador Joaquim Lourenço salientando que, neste caso, o mais importante, e que à Câmara deve preocupar, é o risco de incêndio. Se um cidadão colocasse uma casa pré-fabricada a 20 metros da sua propriedade, pode acontecer que daqui a um ano ou dois, lhe venha exigir a limpeza do seu terreno que até aqui não era obrigatório. - - - Não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, nos termos do n.º 1, do Art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a qual será submetida à aprovação do Órgão Executivo, nos termos do n.º 2, do mesmo artigo.

889 890

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

A Chefe de Divisão

891

892

893



894	A Câmara Municipal
895	
896	
897	
898	
899	
900	
901	
902	
903	
904	
905	